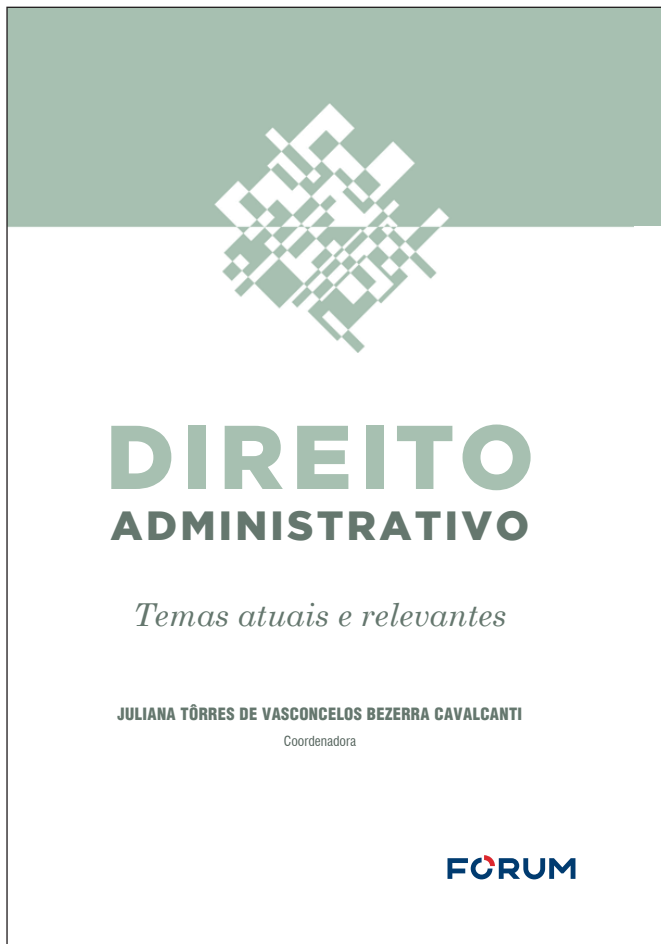


JULIANA TÔRRES DE VASCONCELOS  
BEZERRA CAVALCANTI

*Coordenadora*

DIREITO ADMINISTRATIVO  
TEMAS ATUAIS E RELEVANTES



O direito administrativo no Brasil vem sofrendo diversas alterações, o que impõe a necessidade de estudos, debates e divulgação, dessa forma, um amplo debate sobre essa temática se mostra indispensável.

Em um momento de reforma administrativa, tratar de temas inerentes ao direito administrativo é de natural importância.

Nesse contexto, cruciais se mostram as discussões que aconteceram e resultaram na presente obra.

Assim, trouxemos temas que serviram de pauta aos debates e reflexões das reuniões realizadas no âmbito da Comissão de Direito Administrativo da OAB-PE, estando aqui organizados para consulta dos advogados administrativistas, do administrado e dos estudantes de direito.

**Área específica**

DIREITO ADMINISTRATIVO

**Áreas afins**

DIREITO PÚBLICO

**Público-alvo/consumidores**

Operadores do direito em geral, advogados,  
promotores, juízes

FORMATO: 14,5 x 21,5 cm  
CÓDIGO: 10002886

D598 Direito Administrativo: temas atuais e relevantes / Juliana Tôrres de Vasconcelos Bezerra Cavalcanti (Coord.). – Belo Horizonte : Fórum, 2021.

Competência regulamentar em matéria tributária: funções e limites dos decretos, instruções normativas e outros atos regulamentares / Paulo Arthur Cavalcante Koury. – Belo Horizonte : Fórum, 2019.

126p.; 14,5cm x 21,5cm.  
ISBN: 978-65-5518-179-1

1. Direito Administrativo. 2. Direito Público. I. Cavalcanti, Juliana Tôrres de Vasconcelos Bezerra. II. Título.

CDD: 341.3

CDU: 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

CAVALCANTI, Juliana Tôrres de Vasconcelos Bezerra (Coord.). *Direito Administrativo: temas atuais e relevantes*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 126p. ISBN 978-65-5518-179-1.

## **JULIANA TÔRRES DE VASCONCELOS BEZERRA CAVALCANTI**

Advogada. Professora de cursos de Graduação e Pós-Graduação em Direito. Mestre em Direito pela Faculdade Damas da Instrução Cristã – Fadic. Especialista em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Especialista em Direito Civil com Ênfase em Contratos pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Vice-Presidente da Comissão de Direito Administrativo da OAB-PE. Secretária-Geral da Comissão de Direito do Estado do Instituto dos Advogados de Pernambuco – IAP. Presidente do Instituto Pernambucano de Direito Administrativo – IPDA. Autora dos livros: *Reflexões sobre os convênios públicos entre ONGs e a Administração Pública brasileira* e *Traços evolutivos do direito ambiental e o seu momento atual: necessidade de aperfeiçoamento visando assegurar-lhe a efetividade*.

## SUMÁRIO

### APRESENTAÇÃO

<b>Juliana Tôrres de Vasconcelos Bezerra Cavalcanti</b> .....	13
---	----

### A (DEVIDA) EXTENSÃO DA SANÇÃO ADMINISTRATIVA IMPOSTA COM FUNDAMENTO NO ART. 7º DA LEI FEDERAL Nº 10.520/2002 (LEI DO PREGÃO) E A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Bruno Santos Cunha, Flávio Germano de Sena Teixeira Júnior .....	15
1 Aspectos introdutórios ao deslinde da controvérsia.....	15
2 Regime jurídico das penalidades administrativas em licitações e contratos administrativos: a devida extensão dos efeitos das penalidades .....	20
3 Do estado da arte da proteção ao erário, da moralidade e do interesse público: a correta interpretação acerca da extensão das sanções aplicadas a licitantes e contratados .....	24
4 O efeito Cinderela na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos: em que pé ficamos? .....	31
5 Conclusão .....	34
Referências.....	35

### A EXTINÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS À LUZ DA TEORIA GERAL DO DIREITO CONTRATUAL

Adiel Ferreira Jr. ....	37
1 Introdução .....	37
2 Evolução histórica da extinção dos contratos administrativos no Brasil .....	38
3 Das normas relativas à extinção dos contratos aplicáveis direito administrativo.....	40
3.1 Termo dos contratos.....	41
3.2 Extinção dos contratos administrativos por fatos anteriores à celebração .....	42
3.3 Rescisão.....	45
3.3.1 Generalidades .....	45
3.3.2 Resolução e resilição dos contratos administrativos.....	47
4 Conclusão .....	49
Referências.....	49

### O REGIME REMUNERATÓRIO DAS CONCESSÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS

<b>Pedro Dias de Oliveira Netto</b> .....	51
1 Introdução .....	51
2 Evolução histórica das concessões de serviços públicos no Brasil.....	52
3 A remuneração proveniente das tarifas e receitas marginais .....	59
3.1 A tarifa e os métodos para a sua fixação.....	59
3.2 O equilíbrio econômico-financeiro .....	65
4 Contraprestações pagas pelo Poder Público .....	68
4.1 As concessões patrocinadas e administrativas (PPP).....	68
4.2 Natureza jurídica das contraprestações em contratos de parcerias público-privadas.....	71
5 Considerações finais.....	73
Referências.....	74

### ANÁLISE DA LEGALIDADE DAS MEDIDAS ESTATAIS DE AFASTAMENTO SOCIAL COMO MECANISMO DE CONTENÇÃO DA PANDEMIA PROVOCADA PELO NOVO CORONAVÍRUS NO BRASIL

Caroline Lobato .....	77
1 Introdução .....	77
2 Dos preceitos constitucionais e infraconstitucionais pertinentes à matéria .....	79

3	Da competência administrativa do Estado em matéria de saúde pública.....	84
4	Análise da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade das medidas de controle da pandemia provocada pelo Covid-19, no Brasil .....	86
5	Conclusão .....	92
	Referências .....	93

#### OS CONVÊNIOS PÚBLICOS NO BRASIL: PARTICULARIDADES, NOVO PARADIGMA E O PROJETO DE LEI Nº 1.292/1995

	Juliana Tôrres de Vasconcelos Bezerra Cavalcanti .....	95
1	Convênios administrativos e suas particularidades.....	95
2	A mudança de paradigma nos convênios públicos brasileiros.....	97
3	Convênios administrativos – Recentes mudanças na legislação .....	99
4	O Projeto de Lei nº 1.292/95 .....	100
5	Conclusão .....	101
	Referências.....	101

#### O INSTITUTO DA RELICITAÇÃO NOS CONTRATOS DE CONCESSÕES DO PROGRAMA DE PARCERIA DE INVESTIMENTOS: VALORIZAÇÃO DA PARCERIA NO SETOR DE INFRAESTRUTURA BRASILEIRO

	<b>Débora Barbosa da Costa Pereira</b> .....	103
1	Considerações iniciais sobre o instituto da relicitação.....	103
2	Surgimento por medida provisória e contexto da relicitação.....	104
3	Estímulo à resolução de conflitos por meios alternativos .....	106
4	A denominação e o uso do termo “relicitação” .....	109
5	Procedimento da relicitação.....	110
5.1	Qualificação.....	111
5.2	Termo aditivo.....	112
5.3	Futuro contrato .....	113
6	Possíveis riscos ao modelo relicitatório.....	114
7	Casuística inicial da relicitação.....	117
8	Essência da relicitação .....	121
	Referências.....	122

	SOBRE OS AUTORES.....	125
--	-----------------------	-----

## SOBRE OS AUTORES

### **Adiel Ferreira Jr.**

Advogado e sócio do escritório AFJr Advocacia Empresarial. Especialista em Direito Administrativo pela PUC Minas. Professor universitário junto à Uninassau Caxangá. Coordenador do núcleo de Direito Administrativo da Escola Superior da Advocacia em Pernambuco. Membro da Comissão de Direito Administrativo da OAB-PE.

### **Bruno Santos Cunha**

Mestre em Direito do Estado (Direito Administrativo) pela Universidade de São Paulo – USP (2014). Master of Laws (LL.M.) pela University of Michigan Law School (2017). Advogado, bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Procurador do município do Recife. Professor universitário (Direito Constitucional e Administrativo). Membro da Comissão de Direito Administrativo e da Comissão de Advocacia Pública da OAB-PE.

### **Caroline Torres Lobato**

Advogada. Doutora em Direito. Professora universitária. Tem experiência na área de Direito Público, especialmente nos ramos de Direito Administrativo, Regulatório e Econômico. Graduada em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco (2008). Foi Conciliadora Federal (2009-2010), Assessora Jurídica Concursada do Estado de Pernambuco (2010-2011). Especialista em Direito Administrativo pela UFPE (2010). Mestra em Direito pela UFPE (2012). Doutora em Direito pela UFPE (2017). Atualmente, é advogada atuante, professora e pesquisadora na Graduação e Pós-Graduação em Direito da Universidade Católica de Pernambuco e outras IES. Presidente da Comissão de Direito Administrativo da OAB-PE. Membro do Geda – Grupo de Estudos e Direito Administrativo (Unicap).

### **Débora Barbosa da Costa Pereira**

Advogada. Graduada em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Pós-Graduada em Direito Administrativo, pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco. Membro da Comissão de Direito Administrativo da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Pernambuco.

### **Flávio Germano de Sena Teixeira Júnior**

Mestrando em Direito do Estado, Regulação e Tributação Indutora pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Advogado, bacharel em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco – Unicap. Membro da Comissão de Direito Administrativo da OAB-PE.

### **Juliana Tôres de Vasconcelos Bezerra Cavalcanti**

Advogada. Presidente do Instituto Pernambucano de Direito Administrativo – IPDA. Vice-Presidente da Comissão de Direito Administrativo da OAB-PE. Secretária-Geral da Comissão de Direito do Estado do Instituto dos Advogados de Pernambuco – IAP. Diretora da *Revista Direito Hodierno*. Mestra em Direitos Fundamentais – Fadic. Especialista em Direito Administrativo – UFPE. Especialista em Direito Civil – UFPE. Professora do Programa de Pós-Graduação em Direito Administrativo da Universidade Federal de Pernambuco – PPGD/UFPE.

### **Pedro Dias de Oliveira Netto**

Advogado. Doutorando em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em Direito pela UFPE. Membro da Comissão de Direito Administrativo da OAB-PE.